



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Faculdade de Educação - FE
Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPPGeR

ALEXANDRE MAGNO MACIEL COSTA E BRITO

**PROJETO DIVERSIDADE NA ESCOLA:
Tempo de “esperançar”**

**BRASÍLIA, DF
Junho/2014**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Faculdade de Educação - FE
Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPPGeR

**PROJETO DIVERSIDADE NA ESCOLA:
Tempo de “esperançar”**

ALEXANDRE MAGNO MACIEL COSTA E BRITO

Orientadora: Professora Tatiana Nascimento dos Santos

Projeto de Intervenção

BRASÍLIA, DF
Junho/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Faculdade de Educação - FE
Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPPGeR

ALEXANDRE MAGNO MACIEL COSTA E BRITO

**PROJETO DIVERSIDADE NA ESCOLA:
Tempo de “esperançar”**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP-GeR, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas.

Tatiana Nascimento dos Santos
Professora Orientadora

Silvia Cristina Yannoulas
Avaliadora Externa

BRASÍLIA, DF
Junho/2014

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Tatiana Nascimento dos Santos, pela orientação segura e pela clareza com a qual me conduziu durante esta fase final.

A minha tutora Alice Gabriel, que, com sensibilidade, me apontou caminhos e leituras, deu vida a essa plataforma fria, me encorajou na hora em que mais precisei mudar de rota, me fez sonhar até nos momentos mais complicados do curso e que, acima de tudo, com sua presença, me ajudou a descobrir nos escombros da minha alma um Alexandre que eu nem conhecia.

A toda equipe do GDE (Gênero e Diversidade na Escola), que, com maestria, vem preparando professores/as na luta contra a homofobia, sexismo e racismo.

Aos meus grandes amigos do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina - DF, que, junto comigo, construíram esse projeto lindo chamado Diversidade na Escola, em especial Verônica Barbosa, que eu amo tanto.

A minha família, que é meu grande tesouro, e nela incluo minhas aves. Entre elas, há uma calopsita chamada Khalil, cuja vida pulsa junto com meu coração.

Aos meus amigos Maurício Borges e Fábio Valeriano, as “bichas” mais loucas deste planeta, que tornam minha vida mais produtiva, alegre e banhada em erudição e ferveção.

Agradeço especialmente a minha tão doce amiga Lúcia Franco Pedroza, que me acompanha, que revisa meus textos, que participa comigo das construções de projetos. Educadora de pura fraternidade e que tem uma das gargalhadas mais deliciosas desse mundo.

O querer liberta; mas, como se chama o que aprisiona o libertador?(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao projeto interventivo “Diversidade na Escola”, desenvolvido pelo Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina – DF, no ano de 2013. Serão apresentadas aqui todas as fases de desenvolvimento e aplicação do projeto, até seus impactos junto à comunidade escolar, bem como a defesa de que projetos interventivo-pedagógicos podem contribuir com as políticas públicas relacionadas às questões de gênero e raça, quando buscam, a partir de suas ações, tornar o ambiente escolar um lugar mais humano, acolhedor e que fomente o respeito às diferenças, por meio de uma educação livre da homofobia, do sexismo e do racismo.

Palavras-chave: Diversidade, Escola, Gênero, Raça, Educação

RÉSUMÉ

Ce travail se réfère au projet d'intervention "Diversité à l'école", développé par le Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina – DF en 2013. Je présenterai ici toutes les phases du développement et l'application du projet, jusqu'aux impacts dans la communauté scolaire, ainsi que la défense que ces projets d'intervention pédagogique peuvent contribuer avec les politiques publiques liées aux questions de genre et de race, quand on cherche à partir de sensations, de l'ambiance scolaire un lieu plus humain, accueillant et qui promeut le respect aux différences parmi une éducation libre de l'homophobie, du sexisme et du racisme.

Mots-clés: Diversité, École, Genre, Race, Éducation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES



Figura 1: Atividades sobre questões de gênero com a professora Mônica Bastos. CEF 01 de Planaltina/DF, setembro/2013.



Figura 2: Atividades sobre questões de gênero com a professora Verônica Barbosa e Alexandre Magno - Gravação de DVD do curso de Extensão da UnB - Universidade de Brasília, Gênero e Diversidade na Escola, com a Prof.^a Dr.^a Edlene Silva - setembro/2013.



Figura 3: Professora Verônica Barbosa ministrando aula a respeito da Lei Maria da Penha, setembro/2013.



Figura 4: Aula a respeito do direito das mulheres com a Secretária de Estado da Mulher do DF, Olgamir Amancia Ferreira, setembro/2013.



Figura 5: Aula a respeito do direito das mulheres com a Secretária de Estado da Mulher Olgamir Amancia Ferreira, setembro/2013.



Figura 6: Entrevista com a aluna do Projeto “Diversidade na Escola” ao Bom Dia DF (Rede Globo) a respeito dos direitos das mulheres como tema obrigatório na Educação Básica do DF, setembro/2013.



Figura 7: Entrevista com a aluna do Projeto “Diversidade na Escola” ao Bom Dia DF (Rede Globo) a respeito dos direitos das mulheres como tema obrigatório na Educação Básica do DF, setembro/2013.



Figura 8: Foto extraída da matéria feita pelo *Correio Braziliense* a respeito do Projeto “Diversidade na Escola” publicada no dia 16/09/2013.



Figura 9: Oficina de instrumentos musicais africanos feitos de materiais recicláveis, com a professora Verônica Barbosa. Projeto Diversidade na Escola, novembro/2013.



Figura 10: Oficina de instrumentos musicais africanos feitos de materiais recicláveis, com a professora Verônica Barbosa. Projeto Diversidade na Escola, novembro/2013.



Figura 11: Oficina de instrumentos musicais africanos feitos de materiais recicláveis, com a professora Verônica Barbosa. Projeto Diversidade na Escola, novembro/2013.



Figura 12: Palestra sobre gênero e raça para alunos do 8º e 9º ano do CEF 01 de Planaltina – DF. Novembro/2013.

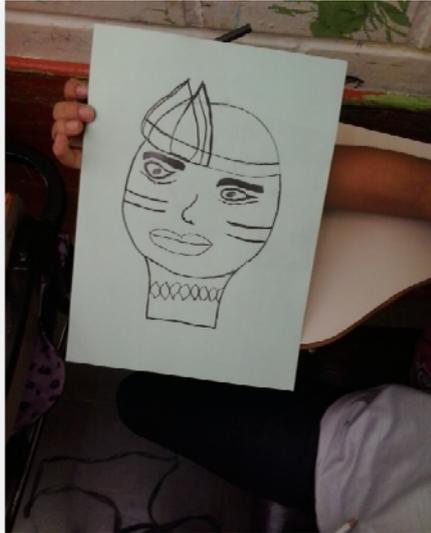


Figura 13: Como enxergo a cultura negra, com a professora Verônica Barbosa. Projeto Diversidade na Escola, novembro/2013.



Figura 14: Como enxergo a cultura negra, com a professora Verônica Barbosa. Projeto Diversidade na Escola, novembro/2013.



Figura 15: Como enxergo a cultura negra, com a professora Verônica Barbosa. Projeto Diversidade na Escola, novembro/2013.

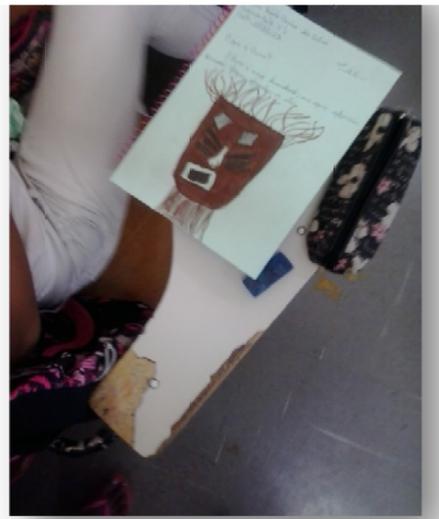


Figura 16: Como enxergo a cultura negra, com a professora Verônica Barbosa. Projeto Diversidade na Escola, novembro/2013.

SUMÁRIO

1 Dados de identificação do proponente	12
2 Dados de identificação do projeto	12
3 Ambiente institucional	13
4 Justificativa / caracterização do problema e metodologia	13
5 Objetivos	19
6 Atividades/Responsabilidades	23
6.1 O olhar de dentro do projeto diversidade na escola	31
7 Cronograma	38
8 Parceiros	39
9 Orçamento	39
10 Acompanhamento e avaliação	39
11 Referências	41

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: Alexandre Magno Maciel Costa e Brito

Telefone: (61) 9606.2249

e-mail: profaleh@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9307619143705005>

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 Título: Projeto Diversidade na Escola: Tempo de “esperançar”

2.2 Área de abrangência: Local

2.3 Instituição:

Nome: Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina – DF

Endereço: Área Educacional Lote M - Planaltina – DF - CEP: 73.310-150

Instância Institucional de Decisão: Secretaria de Estado de Educação do DF

2.4 Público ao qual se destina: Educandos das Séries Finais do Ensino Fundamental

2.5 Período de execução (mês/ano)

Início: 03/2013

Término: 12/2013

3 AMBIENTE INSTITUCIONAL

O Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina (Centrinho) acolhe alunos da Educação básica, séries finais. No ano de 2013, teve aproximadamente efetivada a matrícula de 1.475 (mil quatrocentos e setenta e cinco) alunos, distribuídos nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Conta também com quatro salas de recursos para alunos surdos, deficientes visuais, intelectuais e para os alunos da EJA Especial – um projeto de Educação de Jovens e Adultos para alunos(as) especiais (alfabetização, séries iniciais e séries finais, que funcionam no turno matutino e vespertino).

As salas de recursos para surdos, deficientes intelectuais e EJA atendem os(as) alunos(as) da própria escola, no turno inverso ao que estudam, e a de DV (Deficientes Visuais) atende aos(às) alunos(as) da escola e aos(às) que estudam em outras unidades de ensino, urbanas e rurais, pertencentes à Coordenação Regional de Planaltina e escolas particulares (locais) que possuem alunos(as) cegos(as) e/ou com baixa visão. Com relação ao número de funcionários(as) da escola, aproximadamente 153 pessoas trabalham todos os dias. Os seguintes dados são referentes ao segundo semestre do ano de 2013.

4 JUSTIFICATIVA, CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA

O Projeto Diversidade na Escola, desenvolvido a partir do ano de 2013, tem conquistado um espaço de extrema importância na realidade do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina – DF, por trazer ao centro das discussões temas historicamente invisibilizados no contexto escolar ao mesmo tempo em que luta pela promoção de cidadania plena por meio de práticas educacionais. Suas abordagens posicionam a escola na luta direta contra as discriminações de gênero, étnico-raciais e por orientação sexual, reconhecendo que tais práticas representam dilemas que precisam ser desnaturalizados e superados nas relações sociais, porque fomentam ódio, intolerância às diferenças e, acima de tudo, tornam pessoas desiguais no ambiente escolar. Assim,

podem sentir-se “desiguais” os sujeitos considerados estranhos, por não corresponderem a modelos ou padrões tradicionalmente aceitos como “normais”. E, por serem estranhos, porque não correspondem a esses padrões, sua proximidade causa resistência e, por isso, tornam-se (com maior ou menor intensidade dessas resistências)

perigosos, ameaçadores, por conseguinte, “marginais”, ou seja, à margem dos espaços (ambientes, contextos, relações) reservados aos “normais”: um qualificativo que se constrói nos meandros das redes de poder. (RANGEL, 2013, p. 17)

O presente trabalho buscará analisar o Projeto Diversidade na Escola desde a sua criação até seus resultados alcançados, entre eles os resultados que posicionaram o Centrinho¹ entre as dez escolas brasileiras contempladas no 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero em 2013, na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero. Dessa forma, é válido para ajudar a compreender como projetos interventivos locais, desenvolvidos e aplicados em ambientes escolares podem contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e para a promoção de igualdade. Portanto, será analisada também a metodologia adotada pelo Diversidade na Escola, que possibilitou a criação de redes internas e externas que potencializaram seu alcance, já que expandiu seus limites, promovendo ações conjuntas em parceria com a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina - DF e com a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, sendo tomado como modelo de projeto voltado à diversidade a ser utilizado em outras escolas.

Um ponto bastante consistente na criação/aplicação do projeto em questão é a compreensão por parte dos/as alunos/as com relação à forma na qual gênero, sexualidade e raça se intersectam. Compreender essa dinâmica aponta os caminhos que o Centrinho buscou para o enfrentamento da homofobia, misoginia, sexismo e racismo.

A classe e o gênero não são as únicas diferenças que modelam a sexualidade. Categorizações por classe e gênero fazem interseção com as de etnia e raça. Esse aspecto da sexualidade geralmente foi ignorado por historiadores/as e cientistas sociais até recentemente, mas ele é, todavia, um elemento vital da história da sexualidade. (WEEKS, 2010, p. 58)

É importante (re)conhecer a aplicabilidade de teorias e métodos no universo prático. O projeto Diversidade na Escola, por exemplo, abre a possibilidade de compreensão a respeito da importância dos projetos escolares como parceiros de políticas de Estado, como assevera Jodelet sobre a teoria das representações sociais, mas que pode ser aplicada, por exemplo, ao método e referencial teórico utilizado pelo projeto em questão: “Uma teoria necessita ser comprovada na vida

¹ “Centrinho” é a forma pela qual a comunidade reconhece o Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina.

concreta. Nesse sentido, a aplicação da teoria pode enriquecer a reflexão” (2011, p.24).

Do ponto de vista pedagógico, serão apresentados os recursos utilizados na aplicação do projeto junto aos/às alunos/as e funcionários/as da escola, buscando explicitar a dinâmica existente entre ações pedagógicas, componentes curriculares, políticas públicas e direitos humanos no universo da sala de aula. Vale ressaltar que todo esse trabalho desenvolvido no Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina está conectado à desconstrução de modelos considerados naturais, daí o valor da observação criteriosa da experiência pedagógica por interferir em vários padrões culturais historicamente aceitos, mas que precisam ser repensados, sobretudo no universo escolar, além de interferir diretamente nas relações sociais permeadas de *bullying*² homofóbico, misoginia e racismo. Com relação a esse último, afirma Mary Rangel:

As características *étnico-raciais* podem ser alvos das impressões de estranhamento, quando o preconceito, oculto nas atitudes e intenções, também se oculta nas ações excludentes que, embora não se revelem de forma explícita, aparecem nas relações sociais a ponto de serem percebidas nas formas como se “evitam” os sujeitos em diversas circunstâncias que ocorrem nos ambientes sociais, profissionais, ou da família (2013, p. 27).

Por se tratar de um projeto pedagógico diferenciado, porque tais assuntos são evitados nas escolas, será apontada a repercussão na comunidade escolar, sobretudo no que diz respeito às famílias, partindo do pressuposto de que aquilo que é estudado no ambiente escolar pelos/as alunos/as pode interferir diretamente nos valores defendidos na sociedade em geral.

Pelo fato de se ter uma sociedade que muitas vezes não respeita as diferenças raciais, ao mesmo tempo em que é pautada na assimetria de gênero, a incidência de estranhamento entre as famílias/comunidade escolar, e aquilo que a escola vem trabalhando, mais especificamente o projeto em questão, é muito maior. Por essa razão, é relevante apresentar os relatos de algumas pessoas diretamente envolvidas na construção e execução do Diversidade na Escola, incluindo, aqui, os/as alunos/as como forma de apresentar a intensidade que vêm experimentando dentro da possibilidade da desconstrução de determinados modelos sociais.

²A expressão inglesa *bullying* é derivada de *bully*, que significa “brigão”, “valentão”.

Será apresentada, no decorrer deste estudo, a maneira como a inserção de leis, trabalhadas a partir de projetos pedagógicos, de forma integrada e transversal, pode contribuir com as demandas das políticas públicas. Essa questão se torna relevante para este trabalho, porque um dos pontos levantados pelo “Diversidade na Escola” está ligado à utilização da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e ao cumprimento da Lei 10.639/2003. Portanto, é necessário entender a maneira pela qual essa conexão (entre leis e currículo) foi estabelecida e qual a sua repercussão—afirma-se aqui “repercussão” - porque é pertinente inteirar-se a respeito do olhar do/a aluno/a, tanto no que diz respeito à aprendizagem, quanto na hora de usar as leis como instrumento possibilitador de equidade.

Por fim, o Projeto Diversidade na Escola será analisado em sua pluralidade, isso fornecerá aporte necessário a respeito de como é importante articular gênero, raça e sexualidade às propostas curriculares da educação, ao mesmo tempo em que tal estudo se conecta às lutas históricas dos movimentos negro, feminista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) em nosso país. É preciso construir uma nova consciência³ voltada a valores que realmente tragam dignidade a todas as pessoas, respeitando sempre as diferenças, possibilitando que, a partir dessa nova consciência, mais direitos sejam adquiridos e que reparações históricas possam ser alcançadas. Como lembra Boaventura de Sousa Santos:

...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (2003, p. 56)

Partindo dessa visão, é possível afirmar que o Projeto Diversidade na Escola é um desses projetos que respeita as diferenças, fazendo que as pessoas se sintam contempladas em sua individualidade ao mesmo tempo em que a diversidade é valorizada na sua relação com o outro, ou seja, a alteridade ocupa lugares de grande importância na composição de todo esse projeto. É preciso que as escolas

³ Uma referência a Gloria Anzaldúa em seu texto *La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência*. É como um chamado para a luta. **Glória Anzaldúa** (1942-2004) foi uma autora norte-americana, nascida no Texas, que contribuiu de forma valiosa para os estudos que interseccionam, dentro do feminismo, a categoria mulher com outras tantas categorias, dentre elas podemos citar as seguintes: “raça”, “cor”, “região”.

entendam que questões voltadas a uma educação antirracista, antissexista e anti-homofóbica, devem ser encaradas a partir da óptica dos Direitos Humanos, em que o tratamento diferenciado não representa privilégios, mas preservação de vidas e das diferenças

4.1 ANÁLISE DA METODOLOGIA UTILIZADA PELO PROJETO DIVERSIDADE NA ESCOLA

Não existe um projeto “neutro”, que não seja movido por uma intencionalidade, um desejo e por busca de resultados. Dessa forma, a escola e suas relações no ambiente vão se desenhando a partir da vivência que vai sendo estabelecida entre todos/as que compõem seu cotidiano – sobre essa vivência, são necessários olhares atentos – onde a pluralidade, muitas vezes não compreendida, passa a contar com dilemas que maculam a vida dos/das alunos/as.

Algumas vezes, em um fluxo contrário, os projetos interventivos colocam-se contra dilemas historicamente aceitos, dentre eles, a misoginia, sexismo, a homofobia em todas as suas especificidades (homofobia, lesbofobia e transfobia) e o racismo. O Projeto Diversidade na Escola é um desses projetos que acreditam na mudança, tanto de consciência como de estrutura, por isso a preocupação de se apoiar em uma metodologia que permita ações que possam responder aos objetivos que a seguir serão elencados.

Para desenvolver esse projeto no Centrinho, apoiou-se em algumas questões de extrema relevância na busca pela equidade e respeito, que serão analisadas a partir de agora e que, certamente, levarão à reflexão a respeito de maneiras de se enfrentar as desigualdades fomentadas pela assimetria de gênero, homofobia e racismo no ambiente escolar.

Ao perceber que a escola não era uma escola de comunidade, ou seja, que a composição do quadro discente vinha de lugares diversos, e que essa característica potencializava o universo plural entre os/as alunos/as, da mesma forma que fortalecia os diversos preconceitos que se estabeleciam no ambiente escolar, viu-se a necessidade de se criar um projeto que fizesse que a sala de aula experimentasse o quanto seria válido o diálogo entre estudantes para se quebrar a dinâmica autoritária de um chão com uma única fala, a do/a professor/a, ao mesmo tempo em que as diferenças pudessem se integrar a outras diferenças.

Outra característica com grande destaque na realidade do Centrinho é a *inclusão*, várias ações vem sendo desenvolvidas ao longo dos anos com relação aos/às alunos/as portadores/as de necessidades educacionais especiais. Segundo a unidade de ensino, no ano de 2013, sua organização era feita da seguinte forma:

Quatro salas de recursos para alunos/as surdos/as, deficientes visuais, intelectuais e para os alunos/as da EJA Especial⁴ (alfabetização, séries iniciais e séries finais que funcionam no turno matutino e vespertino). As salas de recursos para alunos surdos/as, deficientes intelectuais e EJA atendem alunos/as da própria escola, no turno inverso ao que estudam, e a de DV (Deficientes Visuais) atende aos/às alunos/as da escola e os/as que estudam em outras unidades de ensino, urbanas e rurais, pertencentes à CRE⁵ de Planaltina, incluindo as escolas particulares (locais) que possuem alunos/as cegos/as e/ou com baixa visão.

A presença de estudantes com necessidades educacionais especiais traz para a escola a grande oportunidade de convivência com a diferença, e com relação aos/às alunos/as em questão, o entendimento a respeito da importância de acessibilidade para aqueles/as que precisam de tratamento diferenciado por parte dos/as que não precisam desse mesmo atendimento. O trabalho desenvolvido pelas salas de recursos apresenta resultados incríveis. Dentre esses resultados, destaca-se a autonomia dos/das alunos/as portadores de alguma deficiência, possibilitando para os/as mesmos/as progressão nos estudos, aprendizagem e acessos a serviços e oportunidades que, muitas vezes, não chegam a essas pessoas (empregos, cursos e atendimentos educacionais especializados).

Essa característica *inclusiva* tem contribuído muito para a percepção por parte da comunidade escolar, ratificando sempre o quanto é importante para a cidadania plena essa convivência com as outras pessoas. O Diversidade na Escola apropriou-se desse ambiente inclusivo para trazer ao centro das discussões, questões voltadas a gênero e raça dentro das salas de aula, trabalhando de forma integrada com várias disciplinas.

⁴ A EJA Especial corresponde a um segmento de Educação de Jovens e Adultos para alunos/as com necessidades educacionais especiais e é composta por alfabetização, séries iniciais e séries finais que funcionam no turno matutino e vespertino.

⁵ Coordenação Regional de Ensino de Planaltina é um segmento subordinado diretamente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, responsável por coordenar, orientar e supervisionar ações pedagógicas e administrativas referentes às 65 escolas de Planaltina.

A partir de várias reuniões entre a coordenação pedagógica composta pela professora Lúcia Pedroza e Alda Salge, coordenação do projeto, professor Alexandre Magno Brito e Professoras de PD (Parte Diversificada), professora Verônica Barbosa e Mônica Bastos, decidiu-se que seria usada uma disciplina do currículo e a disciplina escolhida foi PD (Parte Diversificada) – com duas aulas semanais. A utilização dessa disciplina possibilitou que o projeto fizesse parte do cotidiano da escola e que obedecesse à grade horária de disciplinas.

Outra etapa relevante para o projeto foi estruturar aquilo que seria trabalhado com os/as alunos/as e a forma pela qual os temas escolhidos seriam abordados, estabelecendo-se uma linha de trabalho paralela para que se envolvessem funcionários/as da unidade de ensino e alunos/as que não estivessem previstos/as a princípio no projeto, já que o mesmo seria implantado gradativamente. Novamente, os responsáveis pelo projeto depararam-se com a realidade a ser modificada.

E, no real, o que se encontra é, sobretudo, o valor da pluralidade que caracteriza os ambientes e as relações sociais. O que destoa, o que agride essas relações são atitudes que humilham, que desmerecem o outro e prejudicam sua autoestima. É esse movimento externo de exclusão e rejeição que desencadeia o movimento interno correspondente, pelo qual o sujeito excluído também se exclui e atribui a si próprio a sua menor valia social (RANGEL, 2013, p. 26).

5OBJETIVOS

Para o aprofundamento com relação à dinâmica do Projeto Diversidade na Escola, é importante a compreensão e a análise de como foram cumpridos os objetivos que fizeram que se tornasse um projeto viável para sua aplicação. Será usada aqui a estratégia de análise de cada objetivo de forma separada. São eles:

- Promover ambiente de respeito na escola, para que a diferença não seja tratada na óptica da exclusão, do desrespeito e da violência.

ANÁLISE - A busca pelo respeito na escola não está desvinculada do reconhecimento do outro como sujeito e nem da convivência solidária. Essa diretriz já aponta o Diversidade na Escola como um projeto voltado à alteridade, onde essa outra pessoa (que também “sou eu”) encontra a possibilidade de realizações comuns, livre das barreiras do preconceito. Esse perfil, humano, que deve compor

projetos escolares pode trazer ao centro das relações vividas na escola um ambiente mais propício ao respeito, à solidariedade e ao acolhimento.

- Desenvolver, a partir dos conteúdos ministrados a respeito de GÊNERO, SEXUALIDADE e RAÇA, atividades que primem pela equidade, respeito e valorização dos seres humanos.

ANÁLISE - A proposta do projeto com relação às questões de gênero, sexualidade e raça, já dita um tom diferenciado para os trabalhos pedagógicos da escola, porque traz informações historicamente evitadas e invisibilizadas. Ao trabalhar esses conteúdos com os/as alunos/as, a escola coloca-se na posição de enfrentamento de alguns dilemas, como violência contra a mulher, homofobia (inclusive a institucionalizada) e racismo. Entende-se que a informação, quando trabalhada de forma séria, capacita as pessoas na luta contra injustiças que são postas todos os dias na vida escolar.

- Desenvolver atividades a respeito das leis 10.639/2003 e 11.645/2008⁶.

ANÁLISE - Com relação aos marcos legais, é fundamental que todas as escolas do Brasil cumpram os teores das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, pois as mesmas representam armas poderosas contra o racismo na escola, trazendo, para dentro dos conteúdos ministrados, a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, além de ser fundamental na reparação de danos históricos provocados por uma sociedade que traz em suas características os seguintes modelos: branca, cristã e heteronormativa. De certa forma, quando a escola se propõe a trabalhar dentro dessa perspectiva de resgate da memória e de reparação, acaba produzindo uma relação mais humana com toda sua comunidade, ainda que em meio a vários pensamentos intolerantes.

⁶ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

- Desenvolver atividades a respeito da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340/2006), atendendo a *Recomendação Nº 2/2013 – CEDF*⁷.

ANÁLISE - É muito importante perceber que a violência contra a mulher não é algo que deva ficar nos silêncios da família, é preciso que a escola cumpra seu papel e ajude a produzir, a partir de medidas educativas um enfrentamento contra esses modelos de violência. A Cartilha da Lei Maria da Penha tem se tornado um excelente instrumento nessa luta, e, quando trabalhada de forma pedagógica, pode promover debates interessantes entre todas as pessoas da comunidade escolar. Nesse sentido, a escola se coloca como parceira poderosa de políticas públicas voltadas às mulheres, interferindo na produção de novos indicadores, tendo em vista que mais pessoas, incentivadas a partir dos trabalhos desenvolvidos, irão se sentir encorajadas a denunciar agressões sofridas.

- Promover estudos a respeito de *bullying*, como forma de orientar os/as alunos/as diante dessas práticas de violência e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele/ela possa diferenciar o *bullying* do sexismo, da misoginia, do racismo e da homofobia.

ANÁLISE - O *bullying* não deve ser visto como resposta a todas as violências, por isso é preciso que cada uma delas seja verificada em sua particularidade para que não se corra o risco de deixar de lado leis específicas para determinadas violências e que foram conquistadas por meio de lutas históricas. A exemplo disso, é possível citar a violência contra a mulher e o racismo, se analisadas a partir da óptica do *bullying*, corre-se o risco de deixar de lado leis que venham punir aqueles(as) que cometem atos racistas e a própria Lei Maria da Penha.

- Envolver todos/as alunos/as, funcionários/as e famílias/comunidade em discussões/eventos a respeito da diversidade e seus dilemas, buscando sempre a transformação da escola em um lugar da liberdade, do respeito e da boa

⁷ Dispõe a respeito do artigo 19, inciso VI, da Resolução nº 1/2012-CEDF que estabelece, como conteúdo dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica, os direitos da mulher e outros assuntos com o recorte de gênero, nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

convivência, sem que se interfira nas diferenças, porém com foco nas desigualdades.

ANÁLISE - O Diversidade na Escola, em toda sua concepção, é uma defesa de que educação não se faz apenas nas relações cotidianas vividas na escola, é preciso trazer mais personagens para essa construção. A participação da comunidade escolar nessas questões faz com que aquilo que se vive no ambiente escolar torne-se mais grandioso e com maior alcance. Com relação aos conteúdos trabalhados pelo Diversidade na Escola, envolver outras pessoas e outras instituições potencializa a luta em busca de equidade, é como se os muros da escola deixassem de existir e escola começasse a se reconhecer nas outras realidades fora dela, embora todas as realidades se encontrem dentro.

- Lutar contra o preconceito institucionalizado que se apodera da rede de ensino da qual os/as envolvidos/as no projeto fazem parte, criando diálogo direto com a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina – Distrito Federal e com outras escolas, compartilhando experiências, contribuindo com a criação de projetos, seminários, palestras, com o intuito de fortalecer o discurso voltado à diversidade.

ANÁLISE - Esse ponto é algo fundamental e retrata bem as metas do projeto no que diz respeito às redes externas. Quando a escola decide dialogar com outros setores da sociedade sobre a importância do respeito às diferenças e aos diferentes significa dizer que os modelos historicamente impostos - gênero, raça e sexualidade – precisam ser repensados, desconstruídos e vistos a partir de uma visão que valorize o ser humano em sua particularidade. Isso pode ser considerado um amadurecimento vivido pela escola, que não aceita que paradigmas cruéis sejam institucionalizados, além de expandir a sua área de atuação.

Com base em todos esses objetivos comentados, é possível compreender de que forma o Projeto Diversidade na Escola foi ganhando consistência e como as direções foram sendo tomadas no ano de 2013. O próximo passo será analisar os recursos utilizados pelas professoras envolvidas na aplicação do projeto, bem como as respostas dadas pelos/as alunos/as com relação a essas novas temáticas inseridas da proposta curricular do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina.

6ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES/RECURSOS PEDAGÓGICOS

Desde as primeiras reuniões em que foi discutida a forma pela qual seriam abordadas as temáticas do Projeto Diversidade na Escola, um dos principais assuntos tratados foi a utilização dos recursos pedagógicos. Era claro o desejo de que se afastasse ao máximo dos métodos tradicionais, mesmo compreendendo que eles seriam usados nos trabalhos em sala de aula na execução do projeto – a escola possui dinâmicas que ainda levarão tempo para serem desconstruídas – um exemplo que se pode elencar são as tradicionais aulas e suas avaliações, porém, algo já se afastava dessa lógica e se revela como novo: os conteúdos voltados às questões da diversidade.

As primeiras aulas ministradas no ano de 2013 foram fundamentais para que se entendesse como os/as alunos/as compreendiam o que era ser “homem” e ser “mulher”, ao mesmo tempo em que forneciam direção às ações pedagógicas voltadas à estrutura do projeto. Por meio de debates, atividades discursivas, verificou-se que seus olhares estavam voltados ao corpo, em que o mesmo ditava os caminhos a serem percorridos por todos/as, como se os comportamentos fossem todos naturais e ditados “por esse agregado de membros que é chamado corpo humano” como lembra Descartes.

Diante dessa primeira comprovação relacionada à biologização das relações de gênero, verificou-se que era necessário trabalhar o universo simbólico do “masculino” e “feminino”, destacando a sua construção e todas as imposições sociais que podem ser claramente verificadas antes mesmo do nascimento das pessoas, principalmente quando se tem acesso às tecnologias que permitem identificar o sexo do bebê, e durante toda sua vida. Essas imposições que constroem o que é ser homem e mulher estão contidas nos nomes, nas cores, nos brinquedos, nas roupas e nos comportamentos que serão considerados naturais, entre outros.

Uma das falas da professora Verônica Barbosa na experiência em sala de aula com relação ao projeto mostra uma parte daquilo que se viveu inicialmente em sala de aula:

É incrível presenciar a desconstrução que vem sendo criada historicamente na sociedade, principalmente quando essa desconstrução está relacionada aos modelos do que é ser homem e

ser mulher, em uma sociedade que prima pela assimetria de gêneros, onde o masculino se encontra completamente investido pelo poder e o feminino coberto pela fragilidade. Nossos alunos e alunas vivem na pele o peso dessas imposições, experimentam a violência num grau de covardia que a gente acha que não existe. Nesses últimos tempos, tenho escutado muitas histórias vivenciadas por alunos e alunas, todas me encham de emoção. Entrei em sala de aula para transformar a vida dessa meninada e acabei transformando a minha.

Com relação à assimetria de gênero contida na fala da professora, é fundamental compreender que dentro desse modelo imposto por uma sociedade machista e patriarcal a mulher se encontrará completamente fragilizada e que a mudança desse quadro de fragilidade só ocorrerá por meio de uma transformação, tanto da consciência quanto das estruturas sociais, porque, se a primeira não acontecer, a segunda precisa garantir a dignidade das mulheres. Com relação a essas transformações, vale lembrar Gloria Anzaldúa:

A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir (1987, p. 705-706)

A partir da aplicação do projeto, as rodas de conversa em sala de aula ganharam maior espaço, era preciso desenvolver o trabalho de escuta com relação ao que os/as alunos/as tinham para falar, dessa forma, seria possível entender seus pontos de vista e suas angústias. Percebeu-se isso ao trabalhar uma matéria publicada pela Carta Fundamental, intitulada “Meninos para cá, meninas para lá”⁸ - em que é mostrada a realidade da Escola do Bosque/Mananciais, situada em Curitiba, e que dividia a escola por sexo, por isso o nome da matéria.

Após a leitura do texto, a primeira grande reação (inquietação) por parte dos/as alunos/as do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina pôde ser verificada, abrindo a possibilidade de se desenvolver uma dinâmica na qual eles/elas mudavam de lugares, equilibrando as disposições de meninos e meninas em sala de aula. Era

⁸ A matéria publicada no dia 18/10/11 pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.cartacapital.com.br/carta-fundamental-arquivo/meninos-para-ca-meninas-para-la>

perceptível que os/as estudantes, na maioria das vezes, agregavam-se aos grupos do mesmo sexo. Utilizou-se, então, uma outra dinâmica em que todos/as se misturavam. Naquele momento, muitos contatos entre alunos/as se estabeleciam pela primeira vez. Isso mostra que a divisão entre meninos e meninas desde a infância provoca uma lacuna, um distanciamento e um vácuo nas relações de gênero.

A utilização de textos que provocaram inquietude e que trouxeram abordagens diferentes daquelas que são defendidas pelo senso comum com relação às questões de gênero, está entre as estratégias que geraram resultados positivos. Por meio desses textos, foram trabalhados contextos históricos, vocabulários, histórias a respeito de violência, e sobretudo, depoimentos. É importante ressaltar que a partir desses materiais trabalhados em sala mais discussões foram fomentadas, contribuindo com o amadurecimento dos/as alunos/as com relação às questões de gênero.

Alguns desses materiais foram construídos, transformados ou apropriados para a utilização do projeto em sala de aula, dentre eles destaca-se um glossário, inspirado no livro texto do curso de extensão ministrado pela Universidade de Brasília – UnB – que se chama GDE – Gênero e Diversidade na Escola. Por meio da utilização desse glossário, houve um grande avanço com relação ao uso de conceitos, considerados fundamentais na desconstrução das relações baseadas na biologização, por parte dos alunos e até mesmo dos/das professores/as.

Dentre os conceitos trabalhados, destacam-se: Gênero, identidade de gênero, expressão de gênero, sexo biológico, orientação sexual, preconceito, Direitos Humanos, patriarcado, assimetria de gênero, misoginia, homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade, travesti, transexual, transgênero, homofobia e tantos outros. Depois de apropriados os conceitos, era necessário compreender como eles se articulavam nas relações sociais e resultavam na assimetria de gênero, misoginia, homofobia e outras violências. Dessa forma, outras linguagens passavam a ser exploradas nos trabalhos em sala de aula.

Outro recurso utilizado pela Diversidade na Escola e que, de certa forma causou grande impacto aos/às alunos/as, criando determinada comoção, fazendo que alguns pais/mães/responsáveis se dirigissem à unidade de ensino, foi o cinema. Foram passados os seguintes filmes: Eu não quero voltar sozinho, de Daniel Ribeiro;

Acorda Raimundo, acorda, de Alfredo Alves e o documentário Terceiro Sexo. Todos eles abordavam temas relacionados à homossexualidade, à inclusão, à travestilidade e à troca de papéis de gênero. O cinema foi fundamental para trazer à visibilidade determinadas categorias, ao mesmo tempo em que provocava um estranhamento com os modelos historicamente defendidos como padrão.

A escola tem um papel fundamental na desconstrução e enfrentamento de pensamentos/atitudes intolerantes, porém, nem sempre esse papel é verificado e, quando isso acontece, atitudes como a homofobia tornam-se mais fortes, fazendo cada vez mais estragos.

Ao ser não apenas consentida, mas também ensinada, a homofobia adquire nítidos contornos institucionais, tornando indispensáveis pesquisas que nos permitam conhecer a fundo as dinâmicas de sua produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas de todas as pessoas. Somos também desafiados a construir indicadores sociais de homofobia nos sistemas escolares para, entre outras coisas, formularmos, implementarmos e executarmos políticas educacionais inclusivas (JUNQUEIRA, 2009, p. 16).

Na medida em que os temas vinham sendo trabalhados, tornava-se cada vez mais claro que a grande dificuldade de aceitação da diversidade estava nos padrões impostos pela religiosidade (cristã), pela moral (heteronormativa) e pela defesa da família (tradicional). Um ponto constatado a partir do projeto, embora não causasse nenhuma surpresa, está no fato de as famílias entenderem que não era papel da escola levantar questões voltadas ao gênero, pois entendiam que esses pontos poderiam influenciar de forma negativa seus/suas filhos/as. Em contrapartida, e baseado nos marcos legais da educação, deixava-se claro que não era parte dos objetivos do projeto orientar alunos/as com relação às questões particulares de sexualidade e religiosidade, mas, a partir do conhecimento e da existência de tais questões na sociedade, promover ambiente de respeito e harmonia em relação às diversas realidades existentes na escola.

Como especificado anteriormente, todos os temas trabalhados, os conceitos estudados, articulavam-se às dinâmicas sociais, sobretudo, às dinâmicas da exclusão. Entendendo que grande parte dos/as alunos/as do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina são vítimas dessa exclusão, muitas vezes o projeto e

suas ações pareciam estar colocando em evidência dilemas vivenciados por eles/as. Na medida em que as aulas iam acontecendo durante o ano de 2013, vários sinais apontavam que o projeto se alinhava à realidade dos/das alunos/as. Nesse sentido, nos deparamos com muitos relatos de violência, de famílias estruturadas a partir da homoafetividade, de alunos/as homossexuais que se sentiam contemplados com esses espaços de convivência que claramente clamavam por respeito.

O Diversidade na Escola contou com uma ferramenta de extrema importância no desenvolvimento de seus trabalhos, chamada Gênero fora da caixa – Guia prático para educadores e educadoras⁹. Esse guia está dividido por marcos conceituais, são eles: Identidades e modelos de gênero; Diversidade, sexualidade e violência; A violência masculina; Violência contra a mulher e, por fim, Direitos da mulher. A partir do estudo coletivo do Gênero fora da caixa, achou-se coerente utilizar os mesmos caminhos propostos pelos marcos conceituais na aplicação do projeto, com isso, todos/as os/as alunos/as tiveram acesso aos conteúdos do guia.

Dentro desse estudo, foi inserida a cartilha da Lei Maria da Penha de forma que fosse usada como material didático durante as aulas voltadas ao projeto. Constatou-se que a violência estava presente na vida de muitos/as alunos/as e suas famílias, um ponto interessante e esclarecedor trazido pela cartilha da lei foram os vários tipos de violência, essas novas informações fizeram que os/as estudantes se reconhecessem em outros dilemas, ratificando que uso de conceitos muitas vezes visibiliza situações imperceptíveis e que a escola, ao evitar trabalhar tais dilemas, torna-se omissa com relação à violência sofrida pelos/as estudantes.

Outro relato feito pela professora Verônica Barbosa chama a atenção para a importância do trabalho desenvolvido por meio do projeto e da utilização da cartilha da Lei Maria da Penha nas salas de aula do CEF 01 de Planaltina:

Trabalhar a violência contra a mulher trouxe para a sala de aula a preocupante constatação de violência sofrida por alunos/as e suas famílias e, ao mesmo tempo, fez crescer a possibilidade de que os/as mesmos/as, vítimas de graves agressões, encontrassem na lei o amparo e o meio de virarem o jogo com relação aos/às agressores/as.

⁹INSTITUTO SOU DA PAZ. “Gênero fora da caixa – Guia prático para educadores e educadoras”. EM Power: São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Genero%20fora%20da%20caixa_web.pdf>. Acesso em março de 2011.

Nesse sentido, a percepção da professora a respeito do trabalho desenvolvido, ratifica que a escola, ao trazer para suas ações pedagógicas lutas históricas de importantes movimentos sociais, cumpre um papel que vai além da formação intelectual, que é o de contribuir com a formação de indivíduos mais politizados, mais justos e autônomos.

No cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo projeto, utilizou-se também o sistema de palestras para professores/as da unidade de ensino, alunos/as que faziam parte das turmas nas quais foram desenvolvidas as ações pedagógicas e vários outros setores da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, como, por exemplo, as Orientadoras Educacionais. Os resultados positivos fizeram que aumentasse as demandas do Diversidade na Escola, resultando em participação ativa de criação de um seminário a respeito de Gênero e Raça, que aconteceu no dia 10 de outubro de 2013, na FUP – UnB – Universidade de Brasília, para todos os Gestores, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadores de Escola Integral e Orientadores Educacionais de Planaltina-DF (rede pública de ensino).

Um dos fatores de grande relevância do trabalho desenvolvido pelo Centrinho está relacionado à interseccionalidade. Era preciso alcançar o máximo de pessoas possível com relação aos temas estudados/trabalhados, pois se entendia que se os dilemas vivenciados pela comunidade LGBT e pelas mulheres provocavam grandes prejuízos às vidas dessas pessoas, e se essas mesmas pessoas fossem negras, tais dilemas eram potencializados, daí o porquê de intersectar gênero e raça como forma de expandir o alcance de atuação e promover mais possibilidades na busca pela cidadania plena. As palavras de Ellen Oléria são de uma clareza fundamental para o conceito de interseccionalidade tão utilizado no Diversidade na Escola, quando traz para o contexto social o lugar da mulher negra, gorda e lésbica. Quantos cruzamentos, quantos dilemas e quantas histórias passam pela existência de uma pessoa.

A cultura e a história dos negros, bem como os males provocados pelo racismo também foram abordados por esse projeto. As mesmas ferramentas utilizadas para se trabalhar questões de gênero também foram utilizadas para que se pudesse cumprir a Lei 10.639/2003 e a 11.645/2008. Foi utilizado como suporte o material A Cor da Cultura, possibilitando a criação de oficinas nas quais os/as alunos/as puderam construir instrumentos musicais de percussão. Tal experiência foi

relatada pela professora Verônica Barbosa como um momento de lembrar aquilo que a cultura branca insiste em não perceber a importância: a ancestralidade.

Com relação a esse conteúdo, pode-se afirmar que algumas marcas foram deixadas, marcas positivas quando a desconstrução já era evidente, e marcas históricas e de violência, como citaa professora Verônica: “Muitas vezes, os alunos/as, em suas falas racistas, tão cristalizadas, me feriram no ponto mais singelo do meu ser, que é a ancestralidade”.

Mais uma vez, os recursos audiovisuais foram fundamentais para a execução das metas estabelecidas, dessa vez com relação às questões de raça. Um longa-metragem bastante interessante e que gerou ótimos debates com os/as alunos/as foi o Kiriku ou Kiriku e a Feiticeira, trata-se de animação franco-belga de 1998, dirigida por Michel Ocelot. Tanto o longa-metragem quanto o Cor da Cultura possibilitaram desenvolver trabalhos a respeito da identidade negra, e podem ser considerados experiências que reforçam a necessidade de se cumprir os marcos legais que obrigam o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

A cultura indígena também foi explorada durante o ano de 2013, por meio de textos, imagens e documentários. Dentro das reflexões realizadas, foi dada uma importância maior ao papel da mulher indígena, levando em consideração seu posicionamento na sociedade, violência contra mulher e características culturais.

Os recursos utilizados pelo Diversidade na Escola apontados no texto nos permite compreender as articulações feitas entre aquilo que se tinha ou se criou para ser trabalhado com alunos/as na busca de atender aos objetivos elencados pelo projeto. Buscou-se, a partir das aulas expositivas, rodas de conversa, utilização de filmes, oficinas e palestras e tantas outras medidas, enfrentar dilemas relacionados ao sexismo, misoginia, homofobia e racismo, ficando bem claro que essas violências não podem ser combatidas, apenas, por meio de projetos que lutem contra o *bullying*, pois os dilemas apresentados têm suas raízes muito mais profundas.

A partir de agora, as análises serão voltadas exclusivamente para as pessoas que vivenciaram o Projeto Diversidade na Escola durante o ano de 2013 e para sua repercussão, que fez que a mídia fosse para dentro dos muros da escola a fim de conhecer essa ferramenta pedagógica tão bem utilizada pelo Centrinho.

6.1 O OLHAR DE DENTRO DO PROJETO DIVERSIDADE NA ESCOLA

Por mais positivas que pareçam as impressões deixadas pelo Diversidade na Escola a partir das leituras e análises do mesmo, em que se buscou compreender as dinâmicas do funcionamento do projeto no ambiente escolar, não se pode comparar às experiências e aos confrontos vividos pelas pessoas diretamente envolvidas em sua aplicação. Vale ressaltar que centenas de pessoas durante o ano de 2013 se depararam com essa nova experiência por meio dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula ou nas demais atividades. É necessário justificar que, por esse motivo, seria impossível trazer todas as experiências para análises, porém, buscou-se, em alguns relatos, esse olhar de quem sentiu no cotidiano a vivência do projeto interventivo Diversidade na Escola.

Relato - O seguinte relato é uma contribuição para este trabalho científico e foi feito pela professora Lúcia Franco Pedroza - Supervisora Pedagógica do CEF 01 de Planaltina/2014:

“Meu envolvimento com o Projeto Diversidade na Escola ocorreu no ano letivo de 2013 de duas formas simultâneas. No turno diurno, eu era Coordenadora Pedagógica da Área de Códigos e Linguagens e, no noturno, atuava como professora de P.D. (Parte Diversificada). Como Coordenadora, no que esteve a meu alcance, tentei criar condições necessárias para que as ações do projeto fossem colocadas em prática, a fim de auxiliar o Professor/Coordenador Alexandre Magno na construção do projeto.

Em sala de aula, tentei definir conteúdos, atividades e abordagens metodológicas a respeito da Diversidade, trabalhando com os/as alunos/as do noturno diversos temas, dentre os quais: questões de gênero, raça, preconceito etc. Tentei estimulá-los/as, levá-los/as à reflexão a respeito das semelhanças e diferenças entre os diversos indivíduos/grupos existentes na escola e, a partir daí, houve a elaboração de estratégias de combate à discriminação. O impacto do Projeto Diversidade na Escola no Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina tem sido imenso. Nossos/as estudantes passaram a compreender melhor a diversidade e respeitá-la, participam de ações educativas que visam a melhorar o

comportamento de todos/as com relação à diversidade e colaboram sempre com as ações propostas pela escola.”

O suporte dado pela professora Lúcia Franco Pedroza foi algo muito valioso porque contribuiu para o projeto trilhar esse caminho por meio das atividades propostas. A partir de suas colaborações, foi possível adequar aos conteúdos, temáticas relacionadas às questões da diversidade, com maior enfoque ao recorte de gênero e raça. É preciso reconhecer que a construção de um grupo de estudos dentro da própria coordenação pedagógica está entre os pontos positivos alcançados pelo projeto, pelo fato de se conseguir ocupar um espaço, pela primeira vez, nos últimos quarenta anos (tempo de existência da escola) com assuntos que eram historicamente negados.

O duplo envolvimento, enquanto coordenadora e professora regente, contido no relato de Lúcia Pedroza potencializou o alcance do projeto, levando para as turmas do noturno todas as ações elaboradas pelo Diversidade na Escola no período vespertino. Essa dimensão alcançada pelo projeto é uma prova de que, quando profissionais da educação se comprometem com lutas que possam promover equidade e cidadania plena, as respostas a essas demandas surgem em suas várias formas. No caso específico, pode-se ressaltar a mudança de comportamento por parte dos/as alunos/as, que passaram a tratar com mais respeito temas voltados à diversidade dentro de sala de aula, ou seja, o projeto já não era visto com tanta resistência, como no princípio. Essa maior aceitação ratifica a importância de se insistir com trabalhos voltados aos recortes de gênero e raça no ambiente escolar, porque contribuem com essa desconstrução, pois, na medida em que ela vai acontecendo, a alteridade vai substituindo comportamentos truculentos.

Relato - O seguinte relato é uma contribuição para este trabalho científico e foi feito pela professora Mônica Francina Bastos – Professora de Geografia e Parte Diversificada do CEF 01 de Planaltina/2013:

“Trabalhar esse projeto foi um grande desafio, entrar na vida das famílias, de pessoas que sofrem caladas era um processo complicado. Dividir experiências com crianças era, sem dúvida, a parte mais difícil. Criei umadidática onde viveríamos o cotidiano familiar e fui ganhando a confiança dos/as alunos/as e ouvindo relatos

inesquecíveis. Eles/as relatavam acontecimentos dentro de suas residências e até mesmo em ambientes de pessoas próximas.

Por meio desse contato tão próximo, pude perceber que o projeto começou a despertarnos/nas estudantes um sentimento solidário e até mesmo de justiça, pois perceberam que o problema de violência doméstica era maior do que se imaginava. Foi então aumentando o interesse em conhecer melhor os direitos das mulheres agredidas e também o perfil do agressor. Começamos, então, a estudar com mais detalhes os reais motivos que levam à tamanha violência, daí criando um senso crítico para perceber que a violência doméstica é um mal que atinge todos os níveis da sociedade.”

O trabalho desenvolvido pela professora Mônica Francina Bastos com suas turmas tem um destaque interessante, que é o uso da cartilha da Lei Maria da Penha como material didático/pedagógico. Sua atuação mobilizou as crianças para as questões de violência doméstica e fizeram que as mesmas passassem a discutir situações de violência contra as mulheres em vários setores da sociedade (casa, escola, ônibus etc.), ao mesmo tempo em que tomavam conhecimento dos vários tipos existentes de violência. Um ponto bastante interessante vivenciado pelos/as alunos/as é a desconstrução de que a violência não está relacionada apenas ao físico, mas a diversas outras formas.

Com relação aos conteúdos trabalhados, verificou-se que os/as alunos/as do Centrinho já começavam a aplicar determinados conhecimentos naquilo que presenciavam no cotidiano. Pode-se utilizar como exemplo o seguinte fato: no dia 07/04/2013, no programa *Fantástico*/Rede Globo, foi ao ar a matéria a respeito de uma família que travava uma batalha na Justiça por direitos de criança transexual nos EUA. No dia seguinte, várias abordagens foram feitas pelos/as alunos/as, porém, dentro de uma óptica mais humana, mais equilibrada e tolerante, contribuindo para uma avaliação positiva do projeto. Tal posicionamento dos/das alunos/as atestou que o projeto estava trilhando um caminho de forma correta, que era a utilização e trabalho com conceitos relacionados, principalmente às questões de gênero. Sem o domínio de tais conceitos, por mais que haja alteridade, a compreensão acaba sendo limitada a respeito de determinados assuntos.

Por meio desse conhecimento adquirido pelos/as alunos/as, percebeu-se que os/as mesmos/as iam se reconhecendo, se identificando em várias situações de

pura brutalidade, inclusive nas violências mais sutis, por meio do estudo em sala de aula, essas intolerâncias vão ganhando mais visibilidade. Com todo esse acesso à informação, começam a entender que existem meios legais para combater as violências, como assevera Lorena de Araújo Calmo, 11 anos, ao se referir à Maria da Penha: “Ela apanhava muito do marido. Lutou para conseguir justiça.” Continuou dizendo: “Depois de conhecer meus direitos, sei que devo ir à delegacia registrar um Boletim de Ocorrência caso saiba de algo parecido”.

Essa declaração soa como empoderamento. É um tipo de empoderamento significativo que vem por meio da informação e possibilita que pessoas acessem serviços e direitos existentes no Estado. Com relação à aluna Lorena de Araújo Calmo, pode-se afirmar, de forma segura, que ela é uma estudante que se sente inteiramente representada pelo Projeto Diversidade na Escola, e isso pode ser verificado por sua grandiosa participação. Há um fator interessantíssimo com relação à lei, os/as alunos/as não a desvinculam da figura da mulher “Maria da Penha”, e, na grande maioria das vezes, se expressam da seguinte forma: “A Lei da Maria da Penha.” A princípio pode ser considerado um erro, mas, por meio da construção do discurso, pode-se entender como personificação da lei na figura da Maria da Penha.

Relato - O seguinte relato foi feito pela professora Verônica Barbosa Jesus Neta – Professora de História e Parte Diversificada do CEF 01 de Planaltina/2013. Esclareço que seu relato minucioso sobre sua atuação no Projeto Diversidade na Escola ratifica toda estrutura e metodologia construída e utilizada pelo mesmo, dispensando, assim, análise posterior a respeito de sua fala:

“Me chamo Verônica Barbosa Jesus Neta, mulher negra, maranhense, sendo a quinta filha dos sete de Dona Rosa – mulher nordestina cuja força e amor pela vida me foram herdados. Resido em Brasília há 17 anos, vim para cá ainda adolescente. Fiz toda a minha formação educacional em Brasília, onde também fiz minha graduação. Atualmente, estou fazendo uma especialização em História, Sociedade e Cidadania.

Nos dias atuais sou professora em uma escola pública de Ensino Médio do DF – CED 01 de Planaltina-DF, ministro aulas com os 1º anos na matéria de História. Este é o meu primeiro ano como professora do Ensino Médio. No ano passado, 2013, lecionei no Ensino Fundamental – CEF 01, com turmas de 6º e 7º anos com a disciplina de PD – Parte Diversificada. Nesse projeto, tratamos a respeito das questões de Gênero, Orientação Sexual e Racismo, presentes em nossa sociedade como racismo, preconceito, homofobia e orientação sexual. Muitos foram os desafios que apareceram durante minha atuação como professora do projeto, tais como necessidade de outras leituras até então desconhecidas por mim, falta de material didático que abordassem essas questões e enfrentar a resistência dos pais em não autorizarem que seus filhos estivessem presentes nas aulas.

Optei por falar a respeito de minha experiência por meio de tópicos, por entender que essa opção será mais esclarecedora.

Aula a respeito de gênero - Nessa aula, trabalhamos o conceito de gênero. Era importante que os/as alunos/as percebessem que alguns conceitos foram construídos historicamente e socialmente. Enfatizamos que a imagem da mulher como amável, doadora e educadora é a construção universal que se tem da mulher e que essas características acabam se naturalizando na sociedade. Era importante, para mim, deixar claro para os/as alunos/as que essas construções da identidade feminina, baseada nas características biológicas, serviram para definir a mulher como categoria natural – são construções que vão se naturalizando e nos parecem imutáveis. Comentamos a respeito dos papéis sociais que as mulheres desempenham na sociedade, as desigualdades salariais – os baixos salários que elas recebem por desempenharem, em muitos casos, os mesmos serviços que os homens; citamos a dupla jornada de trabalho desempenhada pelas mulheres, os comportamentos que são esperados delas, etc. Durante as explicações, houve uma boa participação dos/das alunos/as. Muitos/as deles/as citaram o contexto de suas experiências para explicarem o entendimento do tema.

Violência Contra a Mulher - Ter falado a respeito de violência contra as mulheres foi um dos grandes desafios para mim, pois me exigiu uma força maior. Percebi nas falas dos/as alunos/as que tratar a respeito de violência contra a mulher era tocar no privado de cada um/uma, me pareceu que era uma realidade conhecida por muitos/as deles/as, ou por cenas que tenham visto na sua vizinhança, ou

tenham presenciado em seus lares e, em alguns casos, tenham sido as próprias vítimas dessas violências. Entendi que não sabiam o que fazer e a quem recorrer nessas situações. Decidi, então, a partir dos nossos objetivos estabelecidos, trabalhar com eles/as a Lei Maria da Penha.

A Lei já era conhecida pelos/as alunos/as, devido à grande divulgação que se tem na mídia, mas não sabiam como usá-la. Foi adotada, então, a cartilha cedida pela Secretária da Mulher como material didático. O uso da cartilha foi bem interessante, pois a explicação da lei se dava de forma clara, ou seja, de fácil compreensão para os/as alunos/as. Utilizei vídeos e imagens para a explicação do tema. O percurso das aulas se dava por meio dos debates em sala, onde os/as alunos/as expunham suas opiniões. Durante os debates, relatavam suas experiências, contavam os casos que viam, os casos vivenciados no interior de suas casas. Uma aluna do 6º ano relatou que, durante o período em que sua mãe vivia com seu pai, sua mãe era espancada diariamente. Segundo a aluna, eles só tiveram paz quando a mãe decidiu sair do interior da Bahia para morar em Brasília. A mesma aluna, em um dos seus depoimentos em sala, deixou claro que muitas delegacias não estão preparadas para receberem essas denúncias, pois sua mãe tinha registrado vários boletins de ocorrências por agressão e a polícia não tomou nenhuma providência. Perguntavam se a mãe dela tinha certeza da denúncia.

Após as falas da aluna, deixei claro para os/as estudantes que a Lei Maria da Penha é um avanço, mas há lacunas que precisam ser preenchidas. A Lei é uma forma de proteger as mulheres. Comentei com os/as alunos/as que, em Brasília, existe uma delegacia especializada no atendimento à mulher, há uma equipe preparada para atender essas mulheres. Os/as alunos/as se interessaram pelo tema e me questionaram se as denúncias podiam ser anônimas, respondi que sim. Propus aos/às alunos/as que fizessem uma redação a respeito do tema – Violência contra as mulheres. Muitos/as deles/as fizeram, de certa forma, uma denúncia em suas redações. Um dos textos me chamou muito a atenção, percebi que foi um grito silencioso de socorro.

A aluna relatou que tinha sido violentada/estuprada por seu padrasto e que estava fazendo acompanhamento psicológico. Ao ler a escrita dessa aluna, a emoção tomou conta de mim, lágrimas vieram, me senti tão vítima quanto ela, uma espécie de impotência. Percebi que conversar com os/as alunos/as a respeito desse

tema era uma esperança para cada um/a deles/as de solucionar seus problemas, foi um momento de desabafar aquela angústia que os/as tomava. Vejo que as atividades realizadas nessas aulas foram desenvolvidas de forma positiva, tendo uma ampla participação dos/as alunos/as nas atividades propostas. Concluí que os/as estudantes veem a Lei de uma forma positiva e se posicionam contrários/as a qualquer tipo de violência contra as mulheres.

A respeito de Orientação Sexual - Como aula introdutória a respeito desse tema, optamos por trabalhar o curta-metragem *Eu não quero voltar sozinho*. O filme foi um ótimo material para dar início as nossas conversas. Os/as aluno/as se incomodaram com o fato de o filme mostrar o beijo entre dois meninos, entendendo que tenha sido uma provocação. Na verdade, eram estas as propostas: provocar, abrir espaço para a discussão e para a manifestação. Observei que um número expressivo de meninos se incomodou com a cena do filme, já, entre as meninas, poucas se manifestaram contrárias à cena. Percebi que os meninos comentavam entre eles que eu passava filmes de gays nas aulas.

Nas aulas posteriores, sempre que eram vídeos, os meninos me perguntavam se ia ter cena de gay, pois, se tivesse, eles não assistiriam. Vejo de forma positiva essas reações dos alunos, esses incômodos exigiam deles um momento de reflexão, era apenas o início de um processo de desconstrução. Além do filme, optei por trabalhar com textos – Identidades e Modelos de Gênero (In: Gênero Fora da Caixa) e LGBT no Brasil, a caminho da cidadania Plena! (In: Descolad@s – Revista de Direitos Humanos-Inesc. Brasília-DF, 2011. Nº1). No primeiro texto, trabalhamos as identidades de gênero, ressaltamos que o ideal em nossa sociedade é ser heterossexual. Afastar-se da heteronormatividade, tende a ser considerado anormal, desvio, transtorno, perturbação.

Como vimos nos debates anteriores, homens e mulheres são cobrados desde cedo a se comportarem de acordo com seu sexo biológico, em muitos casos, reprimem seus sentimentos por causa da pressão familiar e social. Os sentimentos e as formas de afeto devem corresponder ao sexo biológico, caso contrário, são corrigidos. Ter uma expressão de gênero diferente da esperada relega muitos/as estudantes a serem alvos constantes das piadinhas, das ofensas “escondidas” e dos risos dos/das colegas.

Estar longe desses parâmetros é estar fadado às reprovações. Achei importante comentar com os/as alunos/as a respeito da homofobia. Para esse tema, trabalhei com reportagens. No decorrer das explicações, me atentei para o fato de que os/as alunos/as não conheciam certos conceitos como: Movimento LGBT, travesti, transexual, lésbica, entre outros. Resolvi trabalhar com glossário (retirado do livro *Gênero e Diversidade na Escola/ UnB*). Utilizar o glossário foi ótima escolha, pois facilitou a compreensão dos/as estudantes a respeito de alguns temas. Com o curso das aulas, fui percebendo que, em algumas turmas, o número de alunos/as presentes nas aulas ia diminuindo, entendo que essa diminuição tenha sido por conta da resistência deles/as em conversar a respeito do tema.

Chamei alguns alunos/as para conversarmos a respeito da ausência deles/as em sala, justificavam que tinham sido orientados por seus pais para que se retirassem de sala quando o assunto das aulas fosse a respeito de orientação sexual. Procurei a Direção da escola para avisar a respeito desse fato e para que tomássemos uma posição. Fui orientada para continuar com o projeto e que os/as alunos/as não tinham opção, tinham de retornar para a sala, pois a aula era obrigatória de acordo com o currículo. Senti-me fortalecida com o respaldo da Direção da escola, o que me impulsionou para seguir com o projeto.

Aos poucos, os/as estudantes iam retornando para a sala, pois, com a diminuição da participação dos/as alunos/as, foram diminuindo notas/ menções. O que mais me incomodou foi o fato de uma mãe me procurar para me pedir explicações a respeito do motivo da queda no rendimento do filho. Expliquei que ele não estava mais participando das aulas, prontamente ela me respondeu avisando que o que eu ensinava em sala não correspondia à educação que ele recebia em casa. Ressalto que reações negativas ao projeto não se deram por parte de todos os pais, muitos deles viam de forma positiva o trabalho que era desenvolvido na escola.

Para que casos como o citado a seguir, não venham acontecer na escola e na vida de nossos/as estudantes, que se compreende a importância desse projeto: Tenho um aluno de 12 anos que é apelidado pelos/as colegas, o aluno não se enturma com os meninos da turma preferindo se aproximar das meninas. Os coleguinhas colocaram vários apelidos nele, por ter a voz mais fina, olhos grandes e ser mais sensível. Esta semana, o aluno estava dançando na sala, mostrando para

as meninas como dançar a música da moda. Fiquei observando ele dançar, quando o mesmo me avistou, ficou com vergonha pensando que eu ia reprimi-lo. Falei que ele poderia continuar dançando. Ele continuou. Os outros meninos que estavam em outro grupinho jogando 'cartinha, figurinhas' percebem que o aluno estava dançando e começam a rir e chamá-lo de "bichinha". Preferi chamar a atenção do aluno, a ter de levá-los para a Direção da escola. Ressaltei a importância de se respeitar o colega, que não há nenhum problema na maneira como o colega dançava, que o mesmo não estava ofendendo ninguém. Relembramos as aulas de gênero em que vimos que alguns comportamentos são construções culturais, que quem não os obedece corre o risco de ser punido pelos apelidos, pelos xingamentos, pelos risinhos.

O relato a respeito do menino que dançava faz parte de minha experiência durante a participação no projeto, sentia sempre a necessidade de fazer anotações a respeito de minha ação em sala, via como uma forma de consertar os erros, de observar as ações positivas e melhorar as aulas. Certa vez, fui surpreendida pela indagação de uma aluna: "Professora, a senhora não falou que ser homossexual é natural/normal, porque então inventaram a tal "Cura Gay"? Por que não inventam a cura contra o preconceito?" Aquelas perguntas me fizeram perceber que a resposta positiva ao meu trabalho só viria com o tempo, pois, não só o meu pensamento e minha estrutura teriam mudado, mas também cada olhar, cada ouvido, cada sentidos dos/as meus/minhas alunos/as. As respostas para a pergunta daquela aluna viriam com o tempo.

Fazer parte da construção/execução do projeto foi um desafio que gostei de vivenciar, em que aprendi muito e cada vez mais, entendo que tenha sido uma grande contribuição para minha profissão."

7CRONOGRAMA

O Projeto Diversidade na Escola foi desenvolvido ao longo do ano de 2013 e tem como destaque as seguintes atividades.

1. Construção coletiva do projeto – Março/2013
2. Aplicação do projeto em sala de aula – Março/2013 a Dezembro/2013

3. Participação no 9º Prêmio Construindo Igualdade de Gênero – Setembro/2013
4. Participação dos professores envolvidos no projeto na construção do Seminário Em Laços, voltado às questões de gênero e raça – Outubro/2013
5. Palestra com alunos do 8º e 9º ano – Novembro/2013
6. Atividades voltadas à Consciência Negra¹⁰ – Março/2013 a Dezembro/2013

8 PARCEIROS

O Projeto Diversidade na Escola, ao longo do ano de 2013, construiu parcerias interessantes, como explicitados anteriormente. Dentre elas, destacam-se a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina – DF, Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, Coordenação de Educação em Diversidade, da Subsecretaria de Educação Básica, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

9 ORÇAMENTO

Durante o ano de 2013, procurou-se desenvolver o projeto em custo zero, ou seja, sem contar com verba específica para o seu desenvolvimento. Porém, vale elucidar que todo material solicitado foi disponibilizado pela coordenação pedagógica da escola. Seguiu-se à risca o lema de “trabalhar com aquilo que se possui” e, assim, trabalhou-se o ano inteiro.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação do Projeto Diversidade na Escola embasou-se em lutas históricas travadas por homens e mulheres na busca pela equidade, respeito, reconhecimento e redistribuição. Entende-se que a luta dentro do universo escolar e da sociedade contra a homofobia, o sexismo e o racismo representa uma grande contribuição por parte da escola, em que cada pessoa, representa um mundo a ser transformado, talvez por isso seja tão difícil mensurar todas as mudanças advindas da tomada de consciência da importância do outro e da relação com a outra pessoa.

Ao levar a mensagem do Projeto Diversidade na Escola para o máximo de lugares possíveis, incentivou-se comunidade escolar a trilhar caminhos de luta, mais

¹⁰ Durante todo o ano de 2013, foram trabalhadas questões voltadas à cultura negra, respeitando os marcos legais já citados. Entende-se que tais temáticas devem ser trabalhadas durante todo o ano, com culminância no mês de novembro.

justos, mais iguais, onde as diferenças não representem um empecilho para que as pessoas possam se realizar enquanto cidadãos e cidadãs na sociedade, ainda tão chagada pelo binarismo de gênero, pela intolerância racial e classista. Por tudo isso, o projeto é arduamente (re)construído todos os dias, com base em uma educação acolhedora, afetiva e que compreende e faz compreender que o respeito à diversidade faz parte dos direitos humanos. A intenção de todo esse trabalho é fazer que as pessoas dentro do ambiente escolar entendam que é necessário e possível conviver com as diferenças, levando a todos/as visibilidade, amparo, afetividade, respeito, equidade, dignidade e informação.

Desde o ano de 2013, o projeto Diversidade na Escola vem mostrando para os/as alunos/as uma nova consciência, que visibiliza categorias que historicamente lutam contra sua anulação e que sofrem na pele violências que levam muitas vezes ao extermínio. A partir dessas ações muitos resultados positivos podem ser observados no ambiente escolar, sobretudo, com relação aos/às estudantes, em que a grande maioria já aponta para uma visão mais justa de mundo no que diz respeito à convivência na escola.

Com relação às questões das mulheres, principalmente com relação à lei, entendem a importância de se denunciar os agressores, falam de seus dilemas, como suas vidas melhoraram a partir do entendimento, acesso e utilização da legislação, sentem-se mais seguras e mostram mais felicidade no cotidiano. Nessa mesma direção, a escola tem se tornado um lugar melhor, de convivência mais plena e respeitosa.

As famílias também têm se manifestado de forma positiva, se em um primeiro momento muitas apresentaram algum tipo de preocupação, por não entenderem a relevância dos temas trabalhados no projeto, por trazerem preconceitos arraigados em suas vidas, apresentam-se agora de forma mais amena e mais confiante.

O projeto também ganhou espaço mais concreto em reuniões de pais/mães/responsáveis que ocorrem bimestralmente, tornando-se também um lugar de importância para que sejam feitas explicações do “*Diversidade na Escola*”, tudo isso contribui com a aceitação por parte dos familiares dos/as alunos/as, ratificando a importância da participação da família na vida escolar dos/das estudantes. É preciso que as pessoas entendam que a escola também é lugar da família.

Com relação à permanência do Projeto Diversidade na Escola, é válido lembrar que o mesmo compõe o Projeto Político-Pedagógico da Unidade de Ensino a partir de 2014 e é considerado um dos projetos de maior efeito e impacto no ambiente escolar. Outro fator que precisa ser destacado é com relação aos gastos: no ano 2013, o projeto trabalhou com a intenção de custo zero, porém, para o ano de 2014 o Diversidade na Escola contará com uma verba de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais) referente à premiação do 9º Prêmio Construindo Igualdade de Gênero do ano 2013, no qual o Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina foi agraciado na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Mary Garcia. *Gênero e Raça: desafios à escola*. In: SANTANA, M.O. (Org) Lei 10.639/03 – Educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- _____, Michel. *História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- _____, Michel. *História da sexualidade 3 – O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- _____, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012.
- GANDELMAN, Luciana. *Gênero e ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas*. In: ABREU, Martha; SOIET, Raquel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____.et al (Organizadores). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. RJ: Vozes, 2003.

NERY, João W. *Erro de Pessoa: Joana ou João*. Rio de Janeiro: Record. 1984.

PACHECO, José. *Inclusão não rima com solidão*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

PRADO, Marco Aurélio Máximo, MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito conta a homossexualidade – A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

RANGEL, Mary (Org). *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.